

## **Crianças e jovens brasileiros no Japão: educação, cultura e inquietudes**

Nilta Dias

**Resumo:** Nos movimentos migratórios, as pessoas querem e se esforçam para cruzar todas as fronteiras territoriais a fim de chegarem ao destino escolhido. Porém, lá chegando, nem todas querem ou conseguem atravessar fronteiras culturais e sociais para realmente se integrarem ao novo ambiente. No cotidiano escolar e também na vida diária de crianças e jovens brasileiros que vivem no Japão, muitas vezes, as diferenças culturais e linguísticas são transformadas em barreiras que delimitam as fronteiras entre japoneses e brasileiros. O cotidiano escolar japonês constitui um ambiente de aprendizado e treinamento para a vida na sociedade japonesa. Por outro lado, muitas instituições educacionais brasileiras no Japão representam não só a garantia de poder continuar os estudos no Brasil, mas principalmente uma forma de manter a língua portuguesa e a cultura brasileira.

**Palavras-chave:** Educação de brasileiros no Japão. Cotidiano escolar. Escolas brasileiras no Japão. Diferenças culturais. Inquietudes.

## **Brazilian children and young people in Japan: education, culture and uneasiness**

**Abstract:** In migratory movements, people seek and strive to cross all territorial borders in order to reach their chosen destination. However, when they do, not all of them are able cross cultural and social borders to really integrate themselves into the new environment. Among Brazilian children and young people living in Japan —both in the day-to-day at school life and in daily life— cultural and linguistic differences are often transformed into barriers that mark the boundaries between themselves and the Japanese. The Japanese school daily life is an environment of learning and training for life in Japanese society. On the other hand, many Brazilian educational institutions in Japan represent not only the guarantee of being able to continue the studies in Brazil, but mainly a way of maintaining both the Portuguese language and the Brazilian culture.

**Keywords:** Education of Brazilians in Japan. School daily life. Brazilian schools in Japan. Cultural differences. Uneasiness.

## 1 Introdução

Há mais de um século, muitos japoneses foram para o Brasil com a esperança de conseguir uma vida melhor do que a que tinham no Japão. O sonho de conquistar uma estabilidade financeira e poder retornar ao seu país não era diferente do sonho dos seus descendentes que hoje estão trabalhando no Japão (DIAS, 2015, p. 161). O movimento migratório Brasil-Japão, conhecido como fenômeno *dekassegui*, fez com que, a partir do final dos anos 80, crescesse gradativamente o número de nipo-brasileiros que buscavam no Japão novas e melhores oportunidades de trabalho. De acordo com Reis (2001, p. 66-68), em 1º de junho de 1990, entrou em vigor a reforma da Lei Japonesa de Controle de Imigração que, entre outras resoluções, estabeleceu a categoria de “residentes por longo período” para descendentes de japoneses: os descendentes de segunda geração tinham direito ao visto de permanência por três anos e os de terceira geração, ao visto de permanência por um ano. Essa reforma na lei de imigração e a instabilidade econômica brasileira serviram de grande incentivo para que milhares de nipo-brasileiros decidissem sair do Brasil rumo ao país dos seus ancestrais.

Inicialmente, muitos nipo-brasileiros vinham ao Japão sozinhos, com um tempo determinado para juntar dinheiro e retornar ao Brasil, mas com a possibilidade de permanecer por mais tempo, muitos começaram a trazer cônjuge e filhos, assim a data de retorno ficou cada vez mais indefinida. Atualmente há 180.923 brasileiros registrados pelo Ministério da Justiça do Japão, dos quais 41.891 são menores de 19 anos<sup>1</sup>. Os brasileiros estão espalhados por todo o território japonês, mas algumas localidades como as províncias de Aichi, Shizuoka, Mie, Gunma e Gifu possuem grandes comunidades brasileiras; o que pode ser justificado principalmente pela oferta de trabalho. Considerando que, por volta de 2005 a 2008, a população brasileira no arquipélago era de mais de 300.000 pessoas e representava a terceira maior comunidade estrangeira, percebemos que houve um decréscimo nesse número da população brasileira [principalmente por influência da crise econômica e do terremoto de 2011], mas em contrapartida houve um crescimento da população estrangeira de outras nacionalidades. Atualmente as cinco maiores comunidades estrangeiras no Japão são formadas respectivamente por chineses, coreanos, filipinos, vietnamitas e brasileiros.

---

<sup>1</sup> Dados de dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei\\_ichiran\\_touroku.html](http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei_ichiran_touroku.html)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

É nesse macrocontexto de globalização que estão inseridos as crianças e os jovens brasileiros que vivem no Japão. Nesse ambiente, a interculturalidade acontece naturalmente nas situações de contato com os moradores locais e com outros imigrantes, porém é necessário ressaltar que ainda há os que preferem, por comodismo, dificuldades e/ou estímulos externos, permanecer distantes dessas trocas, num contexto sociocultural bem delimitado, normalmente dentro da comunidade brasileira, ou em alguns casos, na própria comunidade japonesa local; mas em ambas as situações a característica marcante é a tendência de ficarem longe das fronteiras da diversidade.

Nos movimentos migratórios, as pessoas querem e se esforçam para cruzar todas as fronteiras territoriais a fim de chegarem ao destino escolhido. Porém, lá chegando, nem todas querem ou conseguem atravessar fronteiras culturais e sociais para realmente se integrarem ao novo ambiente. Observando o cotidiano escolar e a vida diária de estudantes japoneses e, em particular, de filhos de brasileiros que vivem no Japão, constata-se que os mesmos estão expostos a um contexto repleto de fronteiras invisíveis. Essas fronteiras podem ser interpretadas como **portas abertas** para novos ambientes, novas experiências, novas conquistas; mas também podem ser transformadas em **muralhas** que garantem a proteção do indivíduo dando-lhe uma garantia de estabilidade, ou seja, uma permanência na sua zona de conforto. A tomada de consciência e, conseqüentemente, a ação de cruzar as fronteiras ou ficar estático diante delas depende, entre outras coisas, do nível de autoestima de cada pessoa, da sua capacidade de lidar com situações de risco e aceitar as diferenças. Acreditamos que os valores humanos, sociais e culturais difundidos tanto pela escola como pela família interferem diretamente no desenvolvimento dessas capacidades. Porém, a interpretação desses valores não é única e absoluta, assim, as diferentes interpretações contribuirão para a criação de “verdades” e comportamentos diferenciados.

No presente artigo, apresentaremos diferentes aspectos que caracterizam escolas públicas japonesas e instituições de ensino brasileiras no Japão; através da análise dos mesmos, desejamos contribuir para uma melhor compreensão do cotidiano escolar e da vida diária de crianças e jovens brasileiros que estudam nessas instituições. Este estudo, além de pesquisa de campo e bibliográfica, baseia-se nas experiências da autora como professora assistente em escolas públicas japonesas e como coordenadora geral de uma escola brasileira no Japão. Destacamos que as análises, considerações e exemplos apresentados estão relacionados a um determinado contexto e conseqüentemente associados, entre outras coisas, à realidade social, econômica,

educacional e cultural dos sujeitos envolvidos; trata-se de uma pequena parte do imenso universo educacional, cultural e social no qual estão inseridos os filhos de brasileiros residentes no Japão.

## 2 Cotidiano escolar e diferenças culturais

Trataremos do cotidiano escolar de crianças e jovens brasileiros tendo como focos principais escolas públicas japonesas e instituições de ensino brasileiras existentes na região onde fazemos nossas pesquisas. É importante considerar que as mesmas situações podem ter características e resultados diferentes em outros contextos e/ou regiões.

### 2.1 O Sistema Educacional Japonês

De acordo com Takakura e Murata (1998, p.13-16), o atual sistema educacional japonês foi reformulado, em 1947, em cumprimento à Lei Fundamental de Educação (The Fundamental Law of Education, March 31, 1947) e foi inspirado no modelo educacional americano. Como apresentado na página da Embaixada do Japão no Brasil (2017), a primeira revisão dessa lei foi aprovada em 2006<sup>2</sup> e, entre outras coisas, orienta “o sistema educacional a estimular uma postura altruísta, o respeito à tradição e cultura, e o patriotismo”. Em 2008, houve revisões nas diretrizes curriculares objetivando melhorar a educação básica “através da promoção de habilidades e conhecimentos gerais e do aumento do número de horas de aula”. As mudanças propostas começaram a ser implantadas em 2012, nas seis séries da educação primária, e em 2013, nas três séries da educação secundária.

O sistema educacional japonês<sup>3</sup>, descrito de forma bastante abrangente, compõe-se de educação pré-escolar [3 a 5 anos de idade], educação primária e secundária [**referente a nove anos de ensino obrigatório** – equivale ao ensino fundamental brasileiro], educação secundária superior [normalmente equivale ao ensino médio brasileiro] e educação superior. Durante o ensino obrigatório, a mensalidade e os livros didáticos são gratuitos<sup>4</sup> em escolas públicas, porém

<sup>2</sup> O documento *Kaisei zengo no kyōiku kihon-hō no hikaku* apresenta uma comparação das principais mudanças (JAPAN. MINISTRY OF EDUCATION, CULTURE, SPORTS, SCIENCE AND TECHNOLOGY, 2017).

<sup>3</sup> Para maiores informações ver, por exemplo, Nemoto (1999) e Takakura e Murata (1998).

<sup>4</sup> Durante os 9 anos do ensino obrigatório, apenas a mensalidade e os livros didáticos são gratuitos, os pais ou responsável devem pagar por materiais complementares, uniforme de educação física, despesas com viagens (Quaestio, Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 607-629, dez. 2017).

as outras etapas que antecedem ou sucedem esse período são pagas, independentemente de serem cursadas numa instituição pública. É importante ressaltar que, até a presente data, a lei de obrigatoriedade de ensino não se aplica às crianças estrangeiras, ou seja, a lei obriga os japoneses a concluírem os 9 anos correspondentes ao ensino obrigatório, mas no caso das crianças estrangeiras isso é um direito e não uma obrigação.

Como apresentamos em outro estudo (DIAS, 2014), embora o atual sistema educacional japonês tenha sido baseado no modelo americano, os japoneses mantiveram práticas educacionais e filosóficas inerentes à identidade cultural japonesa. Características que exemplificam essa afirmação e salientam a influência da filosofia confucionista na educação são a “primazia do grupo sobre o indivíduo” (ZHOU, 2001, p. 259) e o sistema hierárquico *senpai-kōhai*<sup>5</sup>, que norteia, de acordo com a posição hierárquica, o comportamento de cada pessoa ou grupo nas relações sociais. Na prática, esse sistema hierárquico cria uma sociedade vertical e sugere uma noção de subordinação baseada na hierarquia, ou seja, deve-se respeitar o superior/veterano. Essa importante regra de convivência social é reforçada na escola, principalmente a partir do ensino obrigatório, que abrange os 6 anos da escola primária [*shōgakkō*] e os 3 anos da escola secundária [*chūgakkō*], e atende alunos de 6 a 15 anos. É importante chamar a atenção para a idade porque, no sistema japonês, o período de ensino obrigatório não tem como foco a série escolar e sim, a idade; em consequência disso, não há reprovação nem aceleração de estudos durante o período da educação obrigatória. A obrigatoriedade de iniciar a 1ª série da educação primária aos seis anos e a aprovação automática fazem com que as turmas sejam homogêneas no que se refere à idade dos alunos. Essa realidade contribui naturalmente para criar um ambiente favorável ao sistema hierárquico *senpai-kōhai*, no qual o superior/veterano será sempre um aluno mais velho. Esse tipo de sistema hierárquico, muito diferente da noção brasileira de respeito aos mais velhos, é a base das relações sociais no Japão.

Acreditamos que o sistema educacional japonês, ao manter essas tradições e práticas, que nem sempre são bem vistas por muitos estrangeiros, busca preservar a identidade nacional e cultural do povo japonês.

---

escolares etc. Porém, há assistência financeira para famílias de baixa renda. Ver Suto, Ikegami e Hamamoto (2004).

<sup>5</sup> *Senpai* = superior/veterano; *Kōhai* = subordinado/iniciante. Para um estudo mais detalhado consultar, por exemplo, Nakane (1973) e Kikuchi (2012).

### 2.1.1 A escola Japonesa

A escola pública japonesa, tanto na sua estrutura física como pedagógica, é muito diferente da escola pública brasileira. Essas diferenças são observadas, interpretadas e vivenciadas de diferentes maneiras pelos estudantes brasileiros e seus responsáveis.

Ao contrário do que muitos estrangeiros acreditam, o uso efetivo e cotidiano da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem ainda não é uma prática corriqueira na educação básica japonesa. Em muitas escolas, as aulas ainda seguem práticas pedagógicas bastante tradicionais e centradas na transmissão de conhecimentos. Por outro lado, as escolas públicas japonesas possuem uma infraestrutura que viabiliza a efetivação das atividades pedagógicas exigidas e/ou propostas como metas para a educação. Além das dependências comuns, normalmente a escola pública possui uma “sala-cozinha” [para as aulas de culinária], um ginásio coberto, uma piscina e uma área poliesportiva [um grande pátio de terra arenosa].

Numa referência bastante abrangente ao currículo educacional, na escola primária [*shōgakkō*], por exemplo, além das áreas curriculares básicas – Língua Japonesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Língua Estrangeira<sup>6</sup>, Educação Física, Artes e Música [geralmente inclui o ensino de partitura e prática de pelo menos dois instrumentos: piânica, para as séries iniciais e flauta doce para os maiores] – os alunos também têm aulas de culinária, costura e outras. Quanto à carga horária<sup>7</sup>, a rotina diária básica é de aproximadamente sete horas e meia incluindo intervalos, horário de almoço e horário da limpeza. Os alunos que participam de grupos que se dedicam a atividades esportivas, musicais e outras permanecerão na escola após o término das atividades gerais para se dedicarem ao treino da prática escolhida. Muitos alunos dos três últimos anos do ensino obrigatório e os alunos do ensino médio passam praticamente o dia todo, inclusive nos finais de semana, envolvidos com atividades escolares. Essas atividades incluem cursinhos preparatórios para o ingresso no ensino médio ou na universidade, além dos treinamentos para competições e apresentações esportivas, musicais etc. Em muitos casos, para os alunos do ensino obrigatório, vida diária e cotidiano escolar são conceitos muito próximos porque muitas atividades e regras escolares se estendem também para a

---

<sup>6</sup> Normalmente Inglês.

<sup>7</sup> Por exemplo, início por volta das 8:20 e término por volta das 15:40. Dependendo da escola, série e/ou dias da semana poderá ser diferente.

vida fora da escola. De certo modo, muitas vezes a escola também é responsável pelas atitudes dos seus alunos mesmo fora do ambiente escolar; por exemplo, se um aluno for pego fazendo algo errado, provavelmente a escola será comunicada, muitas vezes antes da família [é curioso observar que isso pode acontecer até mesmo com alunos universitários]. Muitos pais brasileiros interpretam essa particularidade da escola japonesa como “controle”, mas há também os que a interpretam como uma demonstração de cuidado e responsabilidade.

No cotidiano escolar, o aprendizado da língua japonesa representa uma das maiores barreiras para muitos alunos estrangeiros. Aprender a ler e a escrever normalmente é o maior desafio porque a língua japonesa possui três sistemas de escrita distintos:

- O primeiro a ser aprendido, na primeira série ou antes, é o *hiragana*; um sistema de escrita silábico que representa os sons da língua japonesa.

Exemplo:

ha	は	ba	ば	pa	ぱ
shi	し	ya	や	shya	しゃ

- O segundo é o *katakana*, que, de maneira geral, tem as mesmas unidades sonoras do *hiragana*, mas os caracteres são diferentes. É normalmente utilizado para escrever palavras e nomes estrangeiros, para dar ênfase ou destaque a algum termo e para expressar onomatopeias, muito comuns na língua japonesa.

Exemplo:

ha	ハ	ba	バ	pa	パ
shi	シ	ya	ヤ	shya	シャ

Esses dois sistemas, embora pareçam complicados, são aprendidos com uma certa facilidade porque os caracteres terão sempre a mesma leitura, pois a maioria representa sílabas prontas. A escrita exigirá atenção no que se refere à forma correta de traçar cada caractere porque alguns são muito parecidos.

- O terceiro e mais complexo é o *kanji*, sistema de escrita de origem chinesa, que diferentemente do *hiragana* e do *katakana*, não é silábico. Um único ideograma pode representar um fonema ou uma palavra. Para muitos estudantes a grande dificuldade é não saber qual é a leitura adequada. Mas, apesar dessa dificuldade, o *kanji* pode facilitar a compreensão de uma palavra mesmo quando não se sabe fazer a leitura fonética adequada. Isso acontece porque geralmente o *kanji* tem sentido próprio, sabendo o sentido normalmente é possível deduzir ou ter uma ideia do significado da palavra. Essa particularidade faz com que muitas pessoas, incluindo os japoneses, consigam entender uma mensagem mesmo sem saber pronunciar o que está escrito.

A complexidade da leitura e escrita do *kanji* constitui-se basicamente das múltiplas leituras de um único ideograma e também da quantidade de traços que o compõem. A grande maioria desses ideogramas pode ser lida de duas formas distintas, sendo uma de origem chinesa adaptada à pronúncia japonesa (*on yomi*) e uma de origem japonesa (*kun yomi*). O que não significa apenas duas leituras porque dentro de cada uma dessas categorias pode haver diferentes leituras.

Exemplo: Vejamos as diferentes leituras de um dos *kanjis* aprendidos na 1ª série:

上	<i>on yomi</i>	<i>kyō</i>	<i>shō</i>			
	<i>kun yomi</i>	<i>ue</i>	<i>a</i>	<i>no</i>	<i>uwa</i>	<i>kami</i>

地上 chi <i>kyō</i>	上人 shōnin	身の上 mi no <i>ue</i>	上がる agaru	上る noboru	上着 uwagi	川上 Kawakami
----------------------	--------------	------------------------	--------------	--------------	-------------	----------------

No que se refere à escrita, não basta saber apenas a quantidade de traços [conhecimento necessário para consultar o dicionário quando não se sabe a leitura de determinado ideograma], é necessário saber a direção e sequência do traçado, por isso os alunos dedicam muitas horas para memorizar ambas.

O ensino desses três sistemas de escrita acontece de forma gradativa. Normalmente o *hiragana*, o *katakana* e 80 *kanjis* fazem parte do conteúdo da primeira série. Na segunda série, serão estudados mais 160 *kanjis*, na terceira mais 200 e assim por diante. Desse modo, de acordo com a quantidade estabelecida para cada série, os alunos devem aprender os 2.136 *kanjis* básicos referentes ao conteúdo do ensino obrigatório. Além desses três sistemas de escrita, os alunos aprendem também o alfabeto romano (*rōmaji*), utilizado, por exemplo, nas aulas de língua estrangeira e também para transcrever as palavras japonesas. Transcrever o japonês usando

*rōmaji* é uma tática usada para auxiliar alunos brasileiros, porém é importante destacar que muitos alunos falam português, mas não sabem ler porque não foram alfabetizados.

De maneira geral, o domínio da leitura e escrita da língua japonesa, imprescindível para o aprendizado dos outros conteúdos, depende de muita dedicação e persistência. No caso dos brasileiros, a dedicação precisa ser muito maior porque além da dificuldade natural enfrentada também pelos estudantes japoneses, muitos brasileiros terão que enfrentar simultaneamente o desafio de aprender a **falar** japonês. A criança brasileira, mesmo quando frequenta a educação infantil e aprende a falar japonês, nem sempre consegue chegar à primeira série com uma bagagem linguística e cultural equivalente a das crianças japonesas. Isso se deve, em parte, ao fato de que muitas vivem num ambiente familiar onde predomina a língua portuguesa e a cultura brasileira, ou uma mescla de línguas e culturas<sup>8</sup>.

Num ambiente escolar, cuja prática pedagógica centra-se na diversidade, essas experiências linguísticas e culturais são vistas como muito positivas e são valiosas contribuições para diferentes trocas entre alunos e professores objetivando a construção de conhecimentos. Porém, normalmente a prática pedagógica nas escolas japonesas não valoriza a bagagem cultural dos alunos estrangeiros, muito pelo contrário, normalmente os educadores se esforçam para que a criança se adapte ao sistema japonês. Nesses casos, adaptar-se pode significar moldar-se, ou seja, a adaptação do aluno estrangeiro será reconhecida quando ele, de acordo com as ordens, agir “naturalmente” como todos os outros alunos japoneses. Essa necessidade de adaptar-se, que muitas vezes é interpretada como ter que **virar japonês**, também é uma dificuldade para muitos estudantes brasileiros; e em alguns casos, é a principal justificativa usada por pais que afirmam que não querem que seus filhos “virem japoneses” e, por isso, não os matriculam em escolas japonesas. Contudo, é preciso considerar que a escola japonesa se dedica a formar cidadãos para viverem numa sociedade estruturada sob influências de princípios da filosofia confucionista e que mantém práticas baseadas e justificadas pelo discurso das particularidades japonesas [*nihonjinron*]<sup>9</sup>. Sendo assim, o cotidiano escolar japonês constitui um ambiente de aprendizado e treinamento para a vida na sociedade japonesa.

<sup>8</sup> Por exemplo, quando um dos pais é de nacionalidade estrangeira, ou pais brasileiros que não dominam totalmente o idioma japonês e que, embora se esforcem para incorporar um estilo de vida japonês, mantêm, até de forma inconsciente, traços da cultura brasileira.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Yoshino (1997) e Davies e Ikeno (2002).

Nas escolas públicas, a educação centrada no coletivo somada à ideia de legitimação da autoridade, muitas vezes, contribuem para a criação de regras muito peculiares. Sobre isso, Zhou (2001) afirma que:

O confucionismo visava o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social, membro de uma família e do conjunto da sociedade. A aprendizagem das regras da vida em sociedade era tida como indispensável para atingir a maturidade e tornar-se um elemento responsável do corpo social (p. 259).

Provavelmente por influência dessa ideologia confucionista, as regras são respeitadas pelos alunos japoneses, geralmente, sem questionamentos porque parecem naturais e justas; ou porque todos aprendem que não se deve questionar regras – “as regras devem ser cumpridas e não questionadas”<sup>10</sup>. Porém, para muitos alunos brasileiros e outros estrangeiros<sup>11</sup>, muitas vezes é quase impossível entender e/ou aceitar naturalmente algumas regras, principalmente porque não conseguem entender seu sentido lógico [do ponto de vista da sua própria cultura] e nem recebem explicações convincentes sobre as mesmas. Algumas regras, como não usar perfume [inclui sabonete, shampoo e outros itens com fragrância mais acentuada] e manter as unhas sempre curtas, causam descontentamento, mas podem ser entendidas, por exemplo, como uma forma de respeito aos colegas que têm alergia; no caso das unhas, como um cuidado para não machucar os colegas durante uma atividade ou brincadeira. No entanto, é difícil para alguns alunos maiores, principalmente as meninas mais vaidosas, entenderem regras que, entre outras coisas, proíbem usar esmaltes, fazer as sobrancelhas, fazer permanente ou pintar os cabelos. Para muitos estudantes, o cumprimento de todas as regras, mesmo sem entendê-las, exige boa vontade e disciplina e é uma forma de ser bem aceito pelos educadores. Para a escola, é uma prática eficaz para garantir a ordem e a harmonia tão necessárias a um ambiente no qual deve prevalecer a homogeneidade.

No cotidiano escolar e também na vida diária, valorizam-se muito as atividades coletivas. Desde os primeiros dias de aula, os alunos são motivados e treinados para trabalhar em grupo e agir de forma coletiva. Alguns exemplos são a limpeza diária da escola [inclusive dos banheiros,

<sup>10</sup> Resposta de um professor japonês a uma aluna brasileira que perguntou o motivo de uma determinada regra (DIAS, 2014, p. 96).

<sup>11</sup> A adaptação ou readaptação ao sistema educacional japonês é uma dificuldade também para muitas crianças japonesas que viveram fora do Japão. Ver, por exemplo, Kidder (1992).

sala dos professores e outras dependências], as atividades da hora do almoço<sup>12</sup> [durante as quais os alunos responsáveis devem, entre outras coisas, organizar o ambiente da sala de aula e servir a refeição para os colegas], e a ida para a escola, que, da maneira como é feita, é uma novidade para muitos pais estrangeiros. Geralmente a criança vai a pé juntamente com os colegas do grupo estabelecido pela escola [normalmente formado por crianças de diferentes idades e que residem próximas umas das outras]. Visando à segurança dos estudantes, o trajeto casa-escola geralmente é pré-estabelecido e deve ser respeitado. Normalmente as crianças caminham em fila indiana e o primeiro e o último da fila são os alunos mais velhos do grupo, uma característica da hierarquia *senpai-kōhai*. Os alunos mais velhos [veteranos] são responsáveis pelos mais novos e devem ser respeitados pelos mesmos. Teoricamente o mais velho/veterano merece o respeito do mais novo/iniciante e deve se responsabilizar pelo mesmo; porém, na prática, muitas vezes o sistema *senpai-kōhai* transforma-se numa relação de opressão. Não são raros os casos de *ijime* [bullying] motivados por um certo abuso de autoridade por parte dos mais velhos, em muitos casos a prática se transforma num círculo vicioso: quem é vítima quando é *kōhai*, muitas vezes se torna agressor quando está na posição de *senpai*. Essa prática de bullying não se restringe ao ambiente escolar, pode ser observada também entre os adultos em diferentes setores da sociedade.

Como mencionado anteriormente, muitas escolas japonesas ainda mantêm uma prática pedagógica que legitima a autoridade e o saber do professor. O aluno deve ouvir, obedecer e fazer o que for solicitado, ações isoladas normalmente não são bem vistas. Essa prática de educação vertical, na qual o professor transmite os conhecimentos e os estudantes se dedicam a recebê-los e interiorizá-los, contribui para o fortalecimento de uma postura bastante passiva no sentido de participação e tomada de decisões. Fazer perguntas, questionamentos, dar opiniões ou sugestões de maneira espontânea não é ação comum entre os alunos maiores. Fazer perguntas e questionamentos pode ser interpretado como falta de conhecimento, pouca dedicação aos estudos ou até mesmo afronta; dar opiniões e sugestões pode representar um risco para a relação com o grupo, expressar pensamentos diferentes pode ser um bom motivo para ser excluído. Excluir um colega do grupo, prática conhecida como *nakama hazure*, é uma das formas de bullying mais comuns desde as séries iniciais. O fato de ser excluído sugere que o indivíduo é diferente e, sendo

---

<sup>12</sup> O almoço, pago pelos pais, é preparado e servido na escola; é proibido levar qualquer tipo de lanche, inclusive bebidas como sucos e refrigerantes, exceto quando for solicitado.

diferente, não deve pertencer ao grupo. Essa realidade mostra que práticas pedagógicas que priorizam a coletividade visando a homogeneidade dificultam o reconhecimento e aceitação das diferenças.

Mesmo não havendo obrigatoriedade de ensino para crianças e jovens estrangeiros no Japão, as escolas públicas os recebem. Em muitos casos, os educadores japoneses se esforçam diante do difícil desafio de preservar seus costumes e cultura sem negar a diversidade representada pelos alunos estrangeiros. Muitas crianças e jovens brasileiros que frequentam escolas japonesas, mesmo que tenham dificuldades, acabam se acostumando e criando estratégias para se adaptar ao sistema e dar continuidade aos estudos. Os pais, por sua vez, também precisam se adaptar porque a participação efetiva dos mesmos é muito solicitada em diferentes atividades escolares tanto dentro quanto fora da escola. Não são poucos os alunos que abandonaram os estudos por não conseguirem se adaptar ao sistema educacional japonês, mas também não são poucos os que foram persistentes, concluíram a educação básica, cursaram ou estão cursando ótimas faculdades e conquistando cada vez mais espaço como profissionais e membros da sociedade japonesa.

## **2.2 Instituições educacionais brasileiras no Japão**

As atuais instituições educacionais brasileiras no Japão foram sendo estruturadas e reestruturadas para suprir a necessidade de muitos pais que não tinham com quem deixar os filhos enquanto cumpriam as longas horas de trabalho, muitas vezes, em turnos alternados. Essa demanda era grande porque muitos brasileiros, por diferentes motivos, não queriam matricular seus filhos em escolas japonesas, ou mesmo que o fizessem, o horário escolar não coincidia com o horário de trabalho. Ainda hoje, essa é a realidade que justifica e sustenta a existência de um grande número de instituições educacionais brasileiras em território japonês.

Segundo Costa (2007), desde o início do processo migratório, muitos pais se valiam de “soluções informais e espontâneas” para solucionar ou, pelo menos, amenizar a dificuldade de não ter onde e/ou com quem deixar os filhos. O autor comenta que:

Para aqueles em idade pré-escolar, vizinhos e amigos se organizavam para cuidar dos pequenos enquanto os pais iam trabalhar. As próprias empreiteiras, também interessadas em dispor do trabalho dos pais nos horários que iam além dos turnos nas escolas, começaram a financiar ou subsidiar pequenos centros para oferecer orientação

educacional básica e também alguma ocupação, ou passatempo, para os filhos de seus funcionários, até que estes voltassem para casa (p. 104).

Com o tempo, muitas dessas atividades informais foram se estruturando e se transformando em pequenas creche-escolas. Posteriormente, devido à visão empreendedora de micro, pequenos e grandes empresários, começaram a surgir fortes concorrentes que ofereciam, muitas vezes apenas teoricamente, melhor estrutura física e pedagógica. No final dos anos 90, as grandes comunidades brasileiras já contavam com um serviço educacional mais estruturado para atender as crianças brasileiras que não frequentavam escolas japonesas. Segundo Hatano (2008, p. 62)<sup>13</sup>, “de acordo com dados da Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ), em outubro de 2006, havia 97 escolas brasileiras em território japonês; sendo que a maioria estava concentrada nas províncias de Shizuoka [23 escolas], Aichi [17 escolas], Gunma [15 escolas] e Nagano [12 escolas]”. Outro fato importante destacado pela autora é que, em dezembro do mesmo ano, das 97 escolas, 49 eram escolas homologadas pelo governo brasileiro, ou seja, seus alunos poderiam continuar os estudos no Brasil porque os certificados fornecidos pelas instituições homologadas seriam aceitos pelas autoridades brasileiras.

É importante destacar que o governo japonês não reconhece todas as instituições educacionais brasileiras como “escolas”, a maioria é considerada empresa por não possuir os pré-requisitos exigidos. Embora sejam instituições particulares que cobram uma mensalidade relativamente alta, a infraestrutura normalmente deixa muito a desejar. Ainda há muitos estabelecimentos que não contam com um quadro de professores qualificados, principalmente para matérias como Física, Química, Biologia e Língua Japonesa. O espaço físico, em muitos casos, adaptado a partir de instalações de casas, galpões ou pequenas lojas, nem sempre oferece condições apropriadas para a efetivação de práticas pedagógicas necessárias ao correto cumprimento do currículo escolar. Contudo, algumas instituições já estão sendo reconhecidas e classificadas, pelo governo japonês, como *miscellaneous school*; e como tal, ficam isentas de vários impostos e podem receber subsídios públicos e outros benefícios. Além disso, seus alunos passam a ser reconhecidos legalmente como estudantes e conseqüentemente a ter direitos como passe escolar para transporte [alunos de instituições não reconhecidas pelo governo japonês não têm garantidos seus direitos de estudante].

---

<sup>13</sup> Original em japonês, tradução e interpretação nossa.

Atualmente, além das instituições educacionais informais [no que se refere aos trâmites legais para reconhecimento de certificados], existem 34 instituições brasileiras homologadas pelo governo brasileiro e 12 em processo de homologação<sup>14</sup>. Isso significa que pelo menos 34 instituições educacionais podem fornecer certificados que serão aceitos no Brasil. O reconhecimento do certificado escolar ou do diploma era e ainda é um dado muito importante. Ele sustenta o principal motivo apresentado por muitos pais que matriculam seus filhos em instituições educacionais brasileiras no Japão: dar continuidade aos estudos no Brasil.

A grande maioria das instituições educacionais brasileiras em território japonês tem seu projeto pedagógico e proposta curricular fundamentados nas leis do sistema educacional brasileiro. Atualmente, muitas usam livros e materiais didáticos vindos do Brasil, entre os quais temos materiais bem atualizados que sugerem práticas pedagógicas mais inovadoras; e outros bem tradicionais, como é o caso da Cartilha Caminho Suave, que foi [e talvez ainda seja] muito usada nas turmas de alfabetização. Porém, poucas instituições se preocupam em complementar o conteúdo curricular com temas relacionados à realidade japonesa. Os alunos estudam sobre o contexto brasileiro, mas vivem num contexto japonês [mesmo que estejam numa comunidade brasileira], assim, fica muito difícil vivenciar ou visualizar, na vida diária, o que está sendo estudado. Além disso, em muitas escolas, a carga horária para ensino da língua japonesa é insuficiente para que o aluno adquira um nível satisfatório de conversação, leitura e escrita. Há jovens que nascem e crescem no Japão, mas não sabem falar japonês; e embora estudem em instituições brasileiras com o objetivo de dar continuidade aos estudos no Brasil, muitos decidem ficar no Japão<sup>15</sup>. Contudo, entre os que ficam, há os que decidem continuar os estudos através do sistema de educação a distância oferecido por algumas universidades ou faculdades brasileiras; e também alguns que decidem investir um pouco mais nos estudos, incluindo o aprendizado ou aperfeiçoamento da língua japonesa, para cursar uma universidade no Japão.

No que se refere ao cotidiano escolar, normalmente respeita-se a carga horária básica brasileira, mas pela necessidade de muitas famílias, muitas instituições oferecem atividades pedagógicas em tempo integral. Porém, dependendo da instituição, muitas vezes, essas atividades

---

<sup>14</sup> Dados da Embaixada do Brasil em Tóquio. Disponível em: < <http://toquio.itamaraty.gov.br/pt-br/educacao.xml>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

<sup>15</sup> No livro *Burajirujin gakkō no kodomotachi*, Haino (2010) apresenta um estudo referente às escolas brasileiras no Japão e ao futuro dos alunos dessas instituições.

“pedagógicas” ficam apenas no papel, ou seja, não acontecem efetivamente na prática cotidiana. Em muitos casos, a infraestrutura geral não contribui para que o aluno tenha atividades diversificadas; nesses casos, os que ficam na escola em tempo integral, após o término das tarefas escolares e atividades de reforço [quando a instituição oferece esse serviço] geralmente usam o tempo para assistir a programas de vídeo ou televisão, brincar de videogames, conversar com os colegas etc; na prática, são apenas atividades livres, ou seja, um “passatempo”. Contudo, há instituições que perceberam uma nova demanda e estão investindo nesse período extra, não só para oferecer reforço e assistência pedagógica aos próprios alunos, mas também a alunos brasileiros que estudam em escolas japonesas. Dessa forma, esse serviço atende também a demanda de pais que matricularam seus filhos em escolas japonesas, mas que não têm onde deixá-los após o término da aula. Aos poucos, essa atividade está se transformando numa alternativa para muitas famílias, não só pela questão da incompatibilidade de horário da escola pública com o de trabalho, mas principalmente porque a criança e/ou adolescente que estuda em escola japonesa terá, na instituição brasileira, oportunidades reais e cotidianas de praticar e/ou aprender o português e também um pouco da cultura brasileira<sup>16</sup>.

Outro fator importante são a ida e a volta da escola que, em muitos casos, são especialmente caracterizadas pelo longo tempo gasto no trajeto casa – escola – casa. Muitos estudantes que moram longe do local onde estudam, muitas vezes em outra cidade ou província, precisam recorrer ao transporte escolar. Há famílias que precisam deixar os filhos na escola antes de irem para o trabalho, por isso há estabelecimentos que começam a receber as crianças por volta das 6:45 da manhã, ou antes, e elas só vão embora à noite, por volta das 19:00 ou um pouco mais tarde. Mas, dependendo da distância a ser percorrida até a instituição educacional, muitas crianças e jovens saem muito mais cedo e chegam em casa muito mais tarde. Durante o período em que trabalhamos numa instituição educacional brasileira, foi possível constatar que algumas crianças iam e voltavam com a mesma roupa, ou seja, chegavam em casa dormindo e, no dia seguinte, eram levadas, dormindo, para a escola. Hoje em dia, muitas famílias já podem contar com a ajuda de parentes, mas esse exemplo ainda caracteriza a rotina de muitas crianças.

---

<sup>16</sup> Um novo modelo chamado “after School”, que visa dar reforço ao aluno brasileiro que frequenta escolas japonesas, foi sugerido pelo economista e professor Maurício Bugarin (2016). Porém, no modelo “after School”, um dos focos principais é o reforço escolar relativo ao conteúdo estudado na escola japonesa.

Com relação a atividades culturais, a grande maioria das instituições se dedica a preservar as principais tradições brasileiras. Muitas escolas procuram manter as celebrações comuns ao currículo escolar brasileiro e algumas adicionam itens da cultura japonesa. As Festas Juninas merecem um destaque especial porque, em algumas localidades, envolvem não só alunos e professores como também a comunidade brasileira, japoneses e outros estrangeiros que se interessam pela cultura brasileira. Além dessas festividades, os alunos de muitas instituições educacionais brasileiras têm oportunidades de participar de vários eventos educacionais e culturais promovidos por diferentes setores da comunidade brasileira e, em alguns casos, pela comunidade e/ou instituições japonesas. Apesar das dificuldades, existem várias oportunidades para que as escolas invistam no intercâmbio com a sociedade japonesa, porém, muitas vezes, as diferenças culturais e linguísticas são transformadas em barreiras que delimitam as fronteiras entre japoneses e brasileiros.

Na vida diária, geralmente as crianças e jovens que estudam em instituições brasileiras têm mais tempo livre e liberdade para atividades fora da escola. Ao contrário de muitas escolas japonesas, normalmente as instituições brasileiras adotam o princípio de que fora da escola, a responsabilidade é dos pais. Mesmo que a instituição dê orientações relacionadas ao comportamento fora da escola, normalmente não há, por parte da instituição, regras e proibições referentes ao comportamento dos alunos fora do ambiente escolar. Por esse motivo, é comum ver crianças e jovens que estudam em instituições brasileiras em locais aos quais crianças e jovens brasileiros que estudam em escolas japonesas são orientados a não ir. Um exemplo são as festas à noite, no caso dos estudantes de escolas japonesas, dependendo do local e do horário, eles nem devem participar, mesmo estando em companhia dos pais ou responsável; mas no caso dos estudantes de escolas brasileiras, eles se sentem mais livres, e se estão em companhia de um responsável ou têm autorização dos pais, dependendo do evento, ficam até de madrugada. É importante destacar que, em parte, esse comportamento dos alunos de escolas brasileiras está relacionado a um fator cultural. No Japão, normalmente as festas e comemorações familiares acontecem durante o dia. Porém, nas comunidades brasileiras, é comum seguir o costume brasileiro de comemorações e festas que começam tarde e vão até de madrugada. Contudo, independentemente de estudarem em escolas japonesas ou brasileiras e de haver ou não proibições, as crianças e os jovens devem ser orientados e observados atentamente pelos pais para que não fiquem vulneráveis às situações de risco.

De acordo com o exposto, conclui-se que, apesar das deficiências, muitas instituições educacionais brasileiras no Japão representam, para um grande número de brasileiros, não só a garantia de poder continuar os estudos no Brasil, mas principalmente uma forma de manter a língua portuguesa e a cultura brasileira.

### **3 Inquietudes**

O aprendizado da língua japonesa e portuguesa e a integração dos brasileiros na sociedade japonesa constituem grandes preocupações quando se trata do cotidiano escolar e/ou da vida diária de crianças e jovens brasileiros no Japão. Considerando que os pais são falantes nativos de português e que a criança vive num ambiente social no qual prevalece a língua japonesa, o esperado é que a grande maioria dos filhos de brasileiros no Japão seja, pelo menos, bilíngue. Porém, a realidade nos mostra que muitos são monolíngues: japonês ou português. De maneira muito abrangente e sem negar as muitas exceções, pode-se dizer que o aluno brasileiro que frequenta a escola japonesa, normalmente não aprende ou esquece o português; e o que frequenta a escola brasileira e não interage com japoneses não adquire domínio satisfatório do idioma japonês. Em ambos os casos, a postura da escola e da família contribui diretamente para essa realidade.

Na escola japonesa, muitas vezes, à medida que a criança vai percebendo que falar português a faz diferente dos demais, e que ser diferente pode não ser bom, ela começa a negar esse conhecimento linguístico. Há também casos de pais que, por medo de bullying, além de não motivarem os filhos a falar português, ainda solicitam à diretoria da escola que não divulgue a origem brasileira dos mesmos. Assim, muitas crianças vão esquecendo ou deixando de aprender o português à medida que vão aprendendo o japonês. Mesmo adquirindo uma boa fluência na conversação cotidiana, ainda assim, a língua japonesa pode representar uma grande barreira que interfere diretamente no aprendizado e nas relações interpessoais. Diante dessa realidade, algumas escolas públicas de ensino obrigatório, dependendo do número de alunos estrangeiros, contam com um serviço de assistência bilíngue. Essa iniciativa do governo japonês motiva alguns estrangeiros a matricularem seus filhos em escolas públicas japonesas. Normalmente as principais funções desses assistentes são auxiliar na adaptação da criança ao novo ambiente

escolar, contribuir para um melhor aprendizado do conteúdo curricular e intermediar a comunicação escola-família.

A assistência bilíngue é, sem dúvida, uma grande contribuição para a educação dos estrangeiros nas escolas públicas japonesas, porém, em muitos casos, não garante o aprendizado efetivo da língua japonesa nem do conteúdo curricular. Um fator importante é que o simples fato de traduzir o conteúdo para o português não assegura o aprendizado. Muitos assistentes são professores formados em áreas relacionadas à educação, porém isso não garante, por exemplo, que um professor bilíngue formado em Letras, embora consiga traduzir uma aula de Física, seja capaz de explicar o conteúdo detalhadamente para que o aluno o possa entender. Além disso, precisamos considerar que mesmo sabendo se comunicar em português, muitas crianças e jovens brasileiros que estudam em escolas japonesas, não possuem vocabulário suficiente para entender termos específicos de determinados conteúdos. Isso acontece porque muitos possuem apenas conhecimentos necessários a uma comunicação diária que normalmente segue uma rotina. A assistência bilíngue contribui para uma melhor adaptação e aprendizado dos estudantes estrangeiros, mas não garante a solução de problemas de aprendizagem, principalmente porque o assistente bilíngue normalmente não é um profissional preparado para dar conta dessa responsabilidade.

Outro problema que envolve crianças brasileiras em escolas japonesas é a possibilidade de equívoco nos diagnósticos psicológicos que evidenciam grande número de crianças brasileiras com autismo<sup>17</sup>. Normalmente os profissionais que avaliam as crianças são japoneses que não falam português e as crianças, por sua vez, não dominam o idioma japonês; e mesmo quando conseguem se comunicar em japonês, nem sempre possuem vocabulário para realizar os testes de acordo com o esperado; é preciso considerar também as questões culturais que podem permear essas avaliações.

No caso das escolas brasileiras no Japão, embora muitas tenham um plano curricular que segue as normas brasileiras exigidas pelo Ministério da Educação, na prática, nem sempre têm

---

<sup>17</sup> É difícil chegar a um número real porque nem sempre esses dados são revelados oficialmente; é evidente a necessidade de uma pesquisa oficial que conte com profissionais qualificados para fazer esse levantamento. Contudo, de acordo com a reportagem de Antônio Carlos Bordin (2016), aproximadamente “6,15% de crianças estrangeiras em classes especiais de escolas japonesas têm autismo ou outras síndromes, enquanto que o índice entre os japoneses é de apenas 1,5%”. Outras reportagens que tratam desse tema são: O que pode estar por trás do alto índice de autismo entre crianças brasileiras no Japão? (TOBACE, 2016) e crianças diagnosticadas como autistas no Japão preocupam brasileiros” (PINTO, 2017).

infraestrutura e/ou quadro de professores capacitados para que a prática pedagógica aconteça de acordo com o proposto. Além disso, a grande maioria continua com o objetivo de preparar os alunos para dar continuidade aos estudos **no Brasil**, porém, é cada vez menor o número de alunos que retornam; mesmo que tenham planos de fazer faculdade no Brasil, por diferentes motivos, muitos acabam ficando no Japão. Atualmente, a grande preocupação em relação aos que estudam em escolas brasileiras no Japão é o fato de que a maioria que não domina o idioma japonês não consegue, ou tem muita dificuldade para se integrar à sociedade japonesa. As comunidades brasileiras locais não têm mercado de trabalho para receber esses jovens, sendo assim, eles acabam indo para as fábricas e formando novas gerações de mão de obra não qualificada. Porém, o fato de saber japonês, nem sempre garante que o aluno consiga um bom emprego, isso porque, para muitos, um bom emprego é sinônimo de bom salário. Muitos filhos de brasileiros no Japão, independentemente de saber ou não falar japonês, pensam apenas nos recebimentos salariais imediatos [pensamento comum entre os decasséguis que querem juntar dinheiro rapidamente para retornar ao Brasil]. Trabalhar na atividade que paga mais é a escolha de muitos, por isso, muitas vezes as fábricas e outros serviços braçais representam uma boa opção<sup>18</sup>. Não porque a atividade seja melhor remunerada, mas sim, porque trabalhando mais horas, recebe-se mais<sup>19</sup>. Contudo, muitos jovens não estão pensando a longo prazo, muitos decidiram ficar no Japão, mas não se preocupam com questões relacionadas a planos de saúde, aposentadoria, uma poupança para situações de emergência etc. Além disso, não consideram que essas atividades de mão de obra não qualificada poderão não ser tão rentáveis em alguns anos ou, até mesmo, que a mão de obra brasileira seja desvalorizada à medida que trabalhadores de outras nacionalidades aceitem fazer o mesmo trabalho por salários menores, como já vem acontecendo em algumas fábricas.

No Brasil, os descendentes de japoneses geralmente são referência em termos de capacidade intelectual, por isso, incomoda-nos a ideia de que, no Japão, os brasileiros [porque no Japão, embora sejam descendentes de japoneses, a maioria é vista apenas como brasileiros] continuem sendo vistos como “sinônimo” de trabalhadores braçais e mão de obra não qualificada. Portanto, nossas inquietudes não se restringem apenas às questões pedagógicas cotidianas, se

---

<sup>18</sup> Em estudo referente a carreiras e sonhos de alunos de escolas brasileiras no Japão, Haino (2008) afirma que “eles não escolhem “o trabalho nas fábricas”, mas sim “no Japão”; e que uma das razões é o salário.

<sup>19</sup> Embora haja proibições legais, ainda há trabalhadores que cumprem jornadas de mais de 15 horas por dia, de segunda a sábado. O excesso de horas-extras é que garante um melhor salário, porém as fábricas que oferecem essas condições não estão respeitando as leis e, na maioria dos casos, não pagam os direitos trabalhistas.

estendem também para além das fronteiras da escola. As instituições educacionais, a família e a comunidade brasileira como um todo precisam incentivar as novas gerações na busca de novos paradigmas socioculturais e profissionais.

Desde o início do fenômeno *dekassegui*, a educação dos filhos de brasileiros no Japão tem sido um dos temas mais preocupantes e conseqüentemente mais pesquisados<sup>20</sup>. É possível constatar que, ao longo desses anos, a comunidade brasileira logrou muitas conquistas na área educacional, tanto no que se refere às instituições de ensino brasileiras quanto às escolas públicas japonesas. Contudo, ainda há muito a ser feito para que possamos nos tranquilizar e acreditar que todas as crianças e adolescentes brasileiros no Japão terão garantido seu direito à educação de qualidade.

A luta é de todos. É necessário não se deixar alienar e nem se perder em meio a reclamações. É importante valorizar o que já foi conquistado e admitir que, embora haja pontos negativos, há também pontos positivos. É necessário manter o foco em críticas construtivas, pois essas é que realmente contribuirão com pistas ou sugestões que poderão auxiliar na busca de soluções para os problemas educacionais que afligem a comunidade brasileira no Japão.

#### **4 Considerações finais**

Muitas crianças e jovens brasileiros que vivem no Japão passam a maior parte do tempo numa instituição educacional, e muitos, por diferentes motivos, não têm muito tempo livre e/ou oportunidades para desfrutar da companhia dos pais. Dependendo da localidade e também das aspirações e concepções de cada família, muitas vezes o ambiente escolar e social dessa criança ou jovem é totalmente japonês ou totalmente brasileiro. Em muitos casos observa-se que nem sempre existe motivação para atravessar as fronteiras sociais, culturais e linguísticas que separam esses ambientes. Há pais que se esforçam para que seus filhos se integrem totalmente à sociedade japonesa a ponto de negarem sua origem brasileira, há outros que querem que seus filhos sejam brasileiros “autênticos”. Contudo, existem pais que já descobriram quão importante é preparar e motivar os filhos para cruzar essas e outras fronteiras a fim de conquistarem novos horizontes.

Ao tratarmos dos contextos educacionais das escolas públicas japonesas e das escolas brasileiras no Japão, é muito comum surgirem discussões referentes à identidade dos alunos

---

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, Shimizu e Shimizu (2001), Nakagawa (2005), Sugino (2008), Hagiwara (2008) e Quero(2016).

brasileiros. Hall (2001, p. 13-14), referindo-se à identidade cultural, declara que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” e explica que as sociedades modernas são “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”, conseqüentemente “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.” As crianças e jovens brasileiros que vivem no Japão, independentemente de viverem num ambiente totalmente brasileiro ou japonês, interagem naturalmente com diferentes realidades que inviabilizam a formação e/ou manutenção de uma identidade cultural puramente brasileira ou japonesa<sup>21</sup>. A identidade “é definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2001, p. 13). Vivendo num contexto globalizado, muito mais do que se esforçar inutilmente para preservar uma identidade estática, pura e única, faz-se necessária a conscientização da importância de valorizar e respeitar a diversidade porque também fazemos parte dela.

Ao falarmos de diversidade não podemos deixar de pensar na subjetividade de conceitos como “certo ou errado”, “bom ou ruim”, e tantas outras “verdades” que construímos a partir do nosso ponto de vista, da nossa vivência e influências recebidas. O cotidiano escolar e a vida diária de crianças e jovens brasileiros no Japão, caracterizados pela singularidade de cada contexto, constituem bons exemplos de diversidade e de fronteiras a serem cruzadas em busca de novas descobertas e novas conquistas. Considerar as diferenças, sem julgamentos, é o grande desafio.

### Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BORDIN, Antônio Carlos. Japão: psicóloga coleta dados de crianças brasileiras diagnosticadas com transtornos. **Alternativa Online**, Tokyo, 28 maio 2016. Disponível em: <<http://www.alternativa.co.jp/Noticia/View/57792/Japao-psicologa-coleta-dados-de-criancas-brasileiras-diagnosticadas-com-transtornos>>. Acesso em: 7 maio 2017.
- BUGARIN, Maurício. **Escola japonesa ou escola brasileira? A inserção de estudantes brasileiros na escola no Japão**. Tokyo: Embaixada do Brasil, 2016. (Comunicação oral).
- COSTA, João Pedro Corrêa. **De decasségui a emigrante**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- DAVIES, Roger J.; IKENO, Osamu (Ed.). **The Japanese mind**: understanding contemporary Japanese culture. Tokyo: TUTTLE, 2002.

<sup>21</sup> Ver Bauman (2005) e Silva (2014).

DIAS, Nilta. Diversity and education: brazilian children and religious practices in everyday life at japanese public schools. In: QUERO, H. C.; SHOJI, R. (Ed.). **Transnational faiths Latin-American immigrants and their religions in Japan**. Surrey: Ashgate, 2014. p. 89-106.

DIAS, Nilta. Kyōiku: Nihon no gakkō de manabu burajirujin no kodomotachi. In: SOPHIA UNIVERSITY. Faculty of Foreign Studies. Departament of Luso-Brazilian Studies (Ed.). **Porutogarugo ken sekai he no 50 no tobira**. Tokyo: Sophia University Press, 2015. p. 160-166. (texto em japonês)

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. Página de divulgação e cultura. Japan Fact Sheet- Educação. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/educacao.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

HAGIWARA, Yuki. Brazilian Children in Japan and Japanese education: the problem of semi-lingua and a perspective of multicultural education. In: CHIYOKO Mita; QUERO, Hugo Córdova; LITVIN, Aaron; HAINO, Sumiko (Ed.). **Sociedade japonesa e migrantes brasileiros: novos caminhos na formação de uma rede de pesquisadores**. Tokyo: Sophia University. Center for Lusophone Studies. 2008. p. 113-119.

HAINO, Sumiko. **Burajirujin gakkō no kodomotachi**: “Nihon ka Burajiru ka” wo koete. Kyōto: Nakanishiya, 2010. (texto em japonês)

HAINO, Sumiko. O estudo sobre as carreiras e sonhos dos alunos de escolas brasileiras no Japão. **Encontros Lusófonos**, Tokyo, v. 10, p. 37-47, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. RJ: DP&A, 2001.

HATANO, Lilian Terumi. Gaikokujin gakkō, minzoku gakkō: Shakai seigi wo kangaeru – Nihon ni okeru burajiru gakkō no jirei wo tooshite. **Ritsumeikan Gengo Bunka Kenkyū**, Kyoto, v.19, n. 4, p. 61-71, mar. 2008. (texto em japonês)

JAPAN. MINISTRY OF EDUCATION, CULTURE, SPORTS, SCIENCE AND TECHNOLOGY - MEXT- Japan. **Kaisei zengo no kyōiku kihon-hō no hikaku**. Disponível em: <[http://www.mext.go.jp/b\\_menu/kihon/about/06121913/002.pdf](http://www.mext.go.jp/b_menu/kihon/about/06121913/002.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2017. (texto em japonês)

KIDDER, Louise H. Requirements for Being ‘Japanese’: stories of returnees. In: **International Journal of Intercultural Relations**, Maryland Heights, MO, v. 16, p. 383-393, 1992.

KIKUCHI, Wataru. **Relações hierárquicas do Japão Contemporâneo**: um estudo da consciência de hierarquia na sociedade japonesa. 2012. 221 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <2012\_WataruKikuchi\_VRev.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. **Crianças e adolescentes brasileiros no Japão**: províncias de Aichi e Shizuoka. 2005. 245f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NAKANE, Chie. **Japanes e society**: a practical guide to understanding the Japanese mindset and culture. Tokyo: TUTTLE Publishing, 1973.

NEMOTO, Yasuhiro. **The Japanese education system**. Parkland: Universal Publishers, 1999.

PINTO, Ana Estela de Souza. Crianças diagnosticadas como autistas no Japão preocupam brasileiros. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 jun. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1895771-criancas-diagnosticadas-como-autistas-no-japao-preocupam-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

QUERO, Hugo Córdova. Niños y jóvenes nipo-brasileños inmigrantes en Japón. In: **(En)clave Comahue**: Revista Patagónica de Estudios Sociales, Río Negro, n. 21, p.15-42, 2016. Disponível em:

< <http://revela.uncoma.edu.ar/htdoc/revela/index.php/revistadelafacultad/issue/view/113/showToc> >. Acesso em: 9 abr. 2017).

REIS, Maria Edileuza Fontenele. **Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais**. São Paulo: Kaleidus-Primus, 2001.

SHIMIZU, Kōkichi; SHIMIZU, Mutsumi (Ed.). **Nyūkamā to kyōiku** : gakkō bunka to esunishiti no kattō o megutte. Tokyo: Akashi Shoten, 2001. (texto em japonês)

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SUGINO, Toshiko. **Nikkei Brazilians at a Brazilian School in Japan: factors affecting language decisions and education**. Tokyo: Keio University Press, 2008.

SUTO, Tomie; IKEGAMI, Makiko; HAMAMOTO, Mayumi. **Bem-vindo à escola primária do Japão: Burajirujin to shōgakkō kyōshi no tame no gakkō seikatsu marugoto gaido**. 2. ed. Tokyo: Suriēnettowāku, 2004.

TAKAKURA, Sho; MURATA, Yokuo. **Education in Japan**. The Tsukuba Association for International Education. Tsukuba: Gakken, 1998.

TOBACE, Ewerthon. O que pode estar por trás do alto índice de autismo entre crianças brasileiras no Japão? **BBC Brasil**, Londres, 10 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36580919>>. Acesso em: 9 maio 2017.

YOSHINO, Kosaku. The discourse on blood and racial identity in contemporary Japan. In: DIKÖTTER, Frank (Ed.). **The construction of racial identities in China and Japan: historical and contemporary perspectives**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1997. p. 199-211.

ZHOU, Nanzhao. Interações entre educação e cultura, na óptica do desenvolvimento econômico e humano: uma perspectiva Asiática. In: **EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez / UNESCO, 2001. p. 257-267.

Nilta Dias - Sophia University. Tóquio | Japão. Contato: [diasniltas@gmail.com](mailto:diasniltas@gmail.com)

Artigo recebido em: 15 set. 2017 e  
aprovado em: 1 out. 2017.